Ulysses reúne líderes para decidir votação

Josemar Gonçalves

Os integrantes do Centrão se reuniram com Ulysses e discordaram das sessões de fins de semana

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reúne-se, às 10h00 de hoje, com os líderes partidários para discutir detalhes relacionados ao processo de votação, em plenário, a partir de amanhã, das propostas de Constituição elaboradas pelo relator Bernardo Cabral e pelo "Centrão", além das centenas de emendas e destaques apresentados a esses textos pelos constituintes.

Na reunião será feito um exame mais detido das partes que serão votadas nos próximos dias — preâmbulo e títulos um e dois, e seus respectivos destaques e preferências. Através desse encontro com os líderes, Ulysses quer atenuar os embaraços que estão previstos para o plenário, diante do emaranhado de normas regimentais e do elevado número de destaques — cerca de 1.500, até às 20h00, de ontem.

Pressa

Dentro da sua preocupação de apressar os trabalhos da Constituinte, Ulysses pretende, até o final da votação, manter freqüentes reuniões com os líderes para evitar que as dúvidas e contestações regimentais não provoquem grandes danos ao ritmo das decisões. O presidente da Constituinte ainda mantém o propósito de realizar sessões nos fins de semana, mas já dá algumas indicações de realismo. Ontem, ele reconheceu que esse seu propósito depende de um acordo de lideranças, concluindo: "Não adianta eu chegar aqui e ficar sozinho".

As declarações de Ulysses foram feitas antes de ser procurado, no final da tarde, por um grupo de coordenadores do Centrão, contrários às sessões de sábado e domingo. O grupo transmitiu a Ulysses o entendimento de que as votações no fim de semana, assim como no Carnaval e na Semana Santa, seriam inviáveis, por falta de quórum.

"No primeiro sábado e no primeiro domingo até que poderia haver número. Depois, não. Insistir numa coisa dessas seria desmoralizar a Constituinte".

Segundo Cardoso Alves, Ulysses não deu nenhuma demonstração de recusa às ponderações que ouviu, limitando-se a comentar que espera contar com a colaboração de todos os constituintes, para que a nova Carta seja promulgada até o dia 21 de abril.

O deputado Daso Coimbra, contudo, disse ter ouvido do líder do PDS, Amaral Netto — que também participou do encontro — a versão de que Ulysses reiterou sua determinação de convocar votações para os fins de semana.

Jânio lança manifesto é prevê crise

São Paulo — Ao presidir a solenidade de comemorações dos 434 anos de fundação da cidade, o prefeito Jânio Quadros lançou ontem um manifesto à Nação alertando que "estamos caminhando para o que se vislumbra no horizonte: uma tragédia nacional". Ao lado do governador Orestes Quércia, Jânio fez sua primeira manifestação pública espontânea de caráter político, desde que assumiu a prefeitura de São Paulo há dois anos, e defendeu um mandato de seis anos para o presidente Sarney.

No pátio do Colégio, localizado no centro velho de São Paulo — marco da fundação da cidade — quase 500 manifestantes divididos em contra ou a favor da administração municipal, ouviram o discurso do prefeito que, numa análise da conjuntura atual, dividiu o País em três crises: institucional, econômico e social".

Em seu manifesto, Jânio Quadros ressaltou que "de 1930 até os nossos dias, o País tem-se revolvido em um turbilhão de apetites pessoais ou grupais. E, segundo ele, isso resultou "em corrupção cínica e despudorada". Depois de lamentar que na grande maioria dos brasileiros desapareceu "a vontade de lutar", o prefeito criticou a discussão, a seu ver, "de forma bizantina, do sexo dos anjos: o presidencialismo e o parlamentarismo". O prefeito fez questão de deixar clara sua posição sobre a duração do mandato do presidente.

"Eleito o Presidente, segundo normas vigentes para um mandato de seis anos, há quem, atento a simples volição popular — **Lá Donna e Mobile**" — cogite de reduzi-lo, outorgando-se, a si próprios, a licença de um Cabral ou dos donatários".

Perguntas de jornalistas a Jânio e suas respostas:

O senhor é candidato à Presidência da República?

Não serei candidato em hipótese alguma. Não posso sê-lo. Em primeiro lugar porque me encontro cansado, em segundo, minha mulher esta muito doente e em terceiro, acho que este País deveria ser governado por alguém mais vigoroso e moço. Estou com 71 anos completados hoje (ontem).

Mas o doutor Ulysses

Não posso impedir que velhinho nenhum apoiado em bengala seja candidato à Presidência da República.

Ao final da solenidade, o governador Orestes Quércia discordou da posição do prefeito em defesa de um mandato de seis anos para Sarney lembrando que "até o Presidente da República já concordou com os cinco anos".

O prefeito Jânio Quadros pode ser um bom candidato à Presidência da República? — Quis saber um repórter do governador Orestes Quércia.

Prefiro o que vier a ser o candidato do meu partido, o PMDB.

O senhor gostaria que ele estivesse no PMDB?

Não tenho nenhuma ambição nesse sentido. Ele é que tem. Gosto muito do prefeito, tenho grande amizade por ele. Mas nessa questão de disputa sou partidário, sou do PMDB e vou trabalhar para que o candidato do partido vença as eleições.

O senhor abonaria de novo a ficha de filiação de Jânio no PMDB?

Não ha condição para isso. Nem o prefeito tem essa intenção.

Josemar Gonçalves

Deputado atenua entendimentos

Grupo dos 32 está extinto, afirma Daso

"O Grupo dos 32 não existe mais. Hoje, eles estão reduzidos a dez. Grande parte está no Centrão e outros no Grupo do Entendimento" — afirmou o deputado Daso Coimbra, um dos coordenadores do Centrão, ao minimizar o significado dos entendimentos mantidos entre representantes do seu grupo e os remanescentes dos 32, que tiveram influência significativa na primeira fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização.

Para exemplificar a evasão ocorrida no Grupo dos 32, Daso observou que hoje participam do Centrão vários nomes que foram daquele grupo, a exemplo dos gaúchos Arnaldo Prieto (PFL) e Luiz Roberto Ponte (PMDB); do mineiro Bonifácio de Andrade (PDS), do mato-grossense Joaquim Sucena (PMDB) e do ex-ministro Francisco Dorneles(PFL-RJ).

Daso reconhece a importância do papel que os 32 desempenharam na Comissão de Sistematização, mas observa que a sobrevivência do grupo é alimentada pelo prestígio político do núcleo que restou, formado por figuras como os senadores José Richa e Virgílio Távora e ainda a deputada Sandra Cavalcante. O acesso desses parlamentares à imprensa é que, na opinião de Daso, faz com que o noticiário ainda se refira ao Grupo dos 32.

Constituintes apresentam hoje preferência para votar emendas

Os constituintes dedicarão o dia de hoje para apresentarem seus pedidos de preferência às emendas que eles já destacaram ao projeto de Constituição. Amanhã, o plenário da Constituinte começa a votar o texto aprovado na Comissão de Sistematização e a dar a versão quase que definitiva da futura Carta do País. O resultado dessa votação será apreciado pelo plenário em segundo turno, quando só poderão ser apresentadas emendas supressivas ou de redação.

Pelo regimento interno da Constituinte, alterado por imposição do "Centrão", é permitido à maioria absoluta dos membros da Assembléia — 280 parlamentares — apresentar emendas substitutivas a títulos, capítulos, seções e subseções do projeto aprovado na Comissão de Sistematização. Esses substitutivos terão preferência automática na hora da votação, ou seja, serão os primeiros a serem apreciados. Se forem aprovados pela maioria absoluta do plenário, cai o projeto de Constituição; se forem rejeitados, prevalece a atual versão da Carta, que também tem que obter 280 votos.

Para aprovar ou rejeitar qualquer matéria constitucional são necessários 280 votos no plenário da Constituinte. O regimento atual estabelece que se não for alcançado esse quorum, a votação será interrompida e repetida em nova sessão 24 horas depois. Para se abrir uma sessão na Constituinte é necessário a presença de apenas 56 parlamentares.

Preferência

O processo de votação do projeto ou dos substitutivos se dá da seguinte forma: primeiro se vota o título, ressalvados os seus destaques, que nada mais são do que emendas apresentadas ao texto. Aprovado o título, passa-se a votar as emendas.

As emendas também têm um critério para serem apreciadas. Chama-se preferência, um dispositivo regimental que permite ao constituinte pedir prioridade à sua emenda em detrimento das demais, desde que ele consiga obter o apoio de mais de 56 parlamentares. Esse critério só vale para as emendas individuais, restritas a artigos, incisos e alíneas do projeto ou substitutivo.

O Regimento Interno da Constituinte permite ainda que sejam apresentados destaques para aprovação ou supressão de parte do projeto ou de substitutivo aprovado durante a votação no plenário. Considera-se incluída ou excluída do texto respectivo a matéria objeto do destaque, desde que aprovado pela maioria absoluta dos constituintes. Para requerer esse destaque são necessárias, no mínimo, 187 assinaturas.

Se ocorrer a rejeição de um capítulo do texto e suas respectivas emendas, incluindo aí o seu substitutivo já aprovado, fica o chamado "buraco negro".

Centrão terá a preferência

A votação do futuro texto constitucional, em plenário, vai começar pelas emendas do Centrão por terem o apoiamento de mais de 280 constituinte, como prevê o Regimento Interno da Casa. Assim, o projeto da Comissão de Sistematização somente será apreciado caso as propostas daquele grupo sejam rejeitadas ou não haja quorum para o seu exame.

O primeiro item a ser votado será o preâmbulo do texto e em seguida os primeiros títulos, sempre observando a ordem crescente. Como o Centrão apresentou emendas subscritas pela maioria absoluta dos parlamentares e que abrangem todo o projeto de Constituição, as suas proposições terão preferências desde a votação do preâmbulo até as disposições transitórias.

Segundo o Regimento Interno, a votação será realizada na ordem crescente dos capítulos, seções e subseções e seus respectivos artigos, não sendo admitido requerimento de preferência de um sobre o outro.

Dessa forma, pelas normas regimentais, a fixação do mandato do presidente José Sarney somente deverá ocorrer quando da votação do Título X referente às disposições transitórias. Depois de votadas as emendas com 280 assinaturas, serão apreciados os destaques e em seguida os grupos de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

Já o projeto da Sistematização somente será votado caso o substitutivo do Centrão não tenha quorum para deliberação ou seja rejeitado pelo plenário da Constituinte. Com a alteração do regimento, patrocinada pelos conservadores, o projeto de Constituição passa a ter uma função secundária na elaboração do texto constitucional. Antes das mudanças regimentais, era previsto que a proposta de Constituição da Sistematização seria a base para a votação em plenário, ressalvada apenas as emendas a ela oferecidas.

Regimento obrigará presença

O Regimento Interno da Construinte vai obrigar que tanto conservadores como progressistas permaneçam a maior parte dos próximos três meses em Brasília, prazo em que deve ser elaborado o texto constitucional, a fim de que suas propostas sejam aprovadas em plenário. Sem o voto de pelo menos 280 parlamentares, nenhuma matéria será incluída na futura Constituição.

Segundo o vice-líder do PT, deputado José Genoino (SP), o regimento desfavorece amplamente as minorias uma vez que a preferência para a votação das emendas somente foi obtida com o apoiamento de pelo menos 280 constituintes.

A seu ver, o regimento não dá praticamente nenhuma brecha que possa ser usada, pelos pequenos partidos contra o rolo compressor do Centrão. Diante disto, as esquerdas devem concentrar sua estratégia na apresentação de destaque para votação em separado das emendas dos conservadores. Com isso, além do Centrão ter que conseguir 280 votos para o todo de suas emendas, teria também que obter a maioria absoluta para aprovar parte da mesma emenda já votada, mas que foi destacada pelos progressistas.

Pensando desta maneira, as esquerdas na Constituinte (PT, PDT, PC do B, PSB e parte do PMDB) já começaram a trabalhar na apresentação de destaques no sentido de recuperar o projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização. A proposta da Comissão, apesar de sofrer críticas dos progresistas, é a única saída que as esquerdas têm diante das emendas do Centrão consideradas pelo grupo como um retrocesso institucional. "O que nós temos que fazer, é mostrar um trabalho em cima dos destaques em plenário para impedir que o Centrão aprove as suas emendas coletivas", sintetizou José Genoino.

Emenda propõe mandatos iguais

Um mandato de cinco anos não só para o presidente Sarney, mas para todos os ocupantes de cargos eletivos é o que propõe emenda de José Teixeira (PFL-MA), entregue à Comissão de Sistematização. Para o deputado, «se a Constituinte aprovar os quatro anos para Sarney, teremos eleições este ano para prefeito e vereador, em 89 para Presidente da República e no ano seguinte para governadores e parlamentares federais. É eleição demais para um período tão crítico na vida econômica do País».

O deputado maranhense não vê lógica na determinação constitucional que estipula mandatos de cinco anos para o Presidente, quatro para deputados e oito para senadores. «Por que um senador tem mais tempo de gestão? O que diferencia o senador de um deputado é a qualidade de sua atuação e não a extensão do mandato», afirma. Em sua emenda, Teixeira propõe ainda que as eleições municipais deste ano sejam adiadas para 89.

Para Teixeira, atribuir cinco anos a Sarney é uma necessidade «moral e política porque com mais dois anos ele poderá realizar o que não o fez até agora. Com eleições ano que vem, Sarney não fará mais que presidir as eleições, o que poderá agravar ainda mais os problemas do País».

As expressões mais comuns em plenário

Durante a votação no plenário da Constituinte serão usados muitos termos, próprios da técnica parlamentar que muitas vezes são desconhecidos do público. A seguir um glossário com os conceitos de algumas expressões usadas:

Projeto: E um texto juridicamente constitucional elaborado pelos parlamentares.

Projeto de Constituição: E o texto elaborado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, reunindo a contribuição de emendas de parlamentares em fases anteriores da Assembléia.

Emenda supressiva: E apresentada para tirar uma parte ou todo de um artigo ou parágrafos do projeto.

Emenda substitutiva: Substitui a parte ou o todo do projeto. No último caso é considerado substitutivo.

Emenda modificativa: Modifica uma parte ou o todo de um artigo ou parágrafo do projeto.

Emenda aditiva: Acrescenta termos ou expressões a uma parte do artigo ou parágrafo.

Destaque: E uma emenda destacada do conjunto das que forem apresentadas ao projeto.

Preferência: Artifício regimental que permite que uma emenda destacada seja apreciada em primeiro lugar.

Preferência automática: A emenda com essa denominação tem o apoio da maioria absoluta dos membros da Assembléia e é votada em seguida.

Regimento interno: São as normas que regem os trabalhos legislativos.

Quorum: E o número mínimo para o começo das sessões ou para a aprovação ou rejeição de emendas. No primeiro caso o quorum é de 56 constituintes e no segundo é de 280, maioria absoluta da Assembléia.

Votação em separado: Processo pelo qual um parlamentar requer, com o apoio de 187 constituintes, que uma parte do projeto seja destacada do seu corpo principal e votada separadamente.

Buraco Negro: Termo cunhado recentemente por parlamentares para os casos em que se rejeitar uma parte do projeto e ao mesmo tempo não se aprovar uma matéria que o substitua.

Scalco se recusa a assumir secretaria

Curitiba — O apoio do governador Álvaro Dias à tese dos cinco anos de mandato para Sarney causou a primeira fissura no seu secretariado. Esperado para assumir a secretaria do Desenvolvimento Urbano assim que os trabalhos da Constituinte estivessem concluídos, o deputado Euclides Scalco esteve no final de semana com Alvaro, em Curitiba, e lhe comunicou que não deseja assumir.

Inversão divide centristas

O Centrão está dividido quanto à idéia de inversão da pauta para permitir a votação prioritária do mandato do presidente Sarney, e por isso a tendência é a questão permanecer em aberto no grupo, pelo menos nos próximos dias, apesar da insistência do Palácio do Planalto numa definição imediata em torno dessa questão.

A divisão do Centrão foi reconhecida ontem por alguns dos seus coordenadores, como o paulista Roberto Cardoso Alves, o fluminense Daso Coimbra e os pernambucanos Inocêncio de Oliveira e Ricardo Fiúza. Cardoso Alves observou que "coincidentemente", o grupo abriga "uma grande maioria de simpatizantes do presidente Sarney, defensores de um mandato de cinco anos. Mas, apesar disso, o Centrão não tem uma posição fechada nessa matéria, diante da divisão existente.

O deputado paulista citou o caso do líder do PFL, José Lourenço, ao comentar que ele é a a favor da inversão da pauta, "mas sob certas ponderações". Contudo, nas manifestações públicas feitas nas últimas semanas, José Lourenço tem-se declarado contra a votação preferencial do mandato.

Temor

Daso Coimbra afirmou que não está prevista nenhuma reunião do grupo para decidir a respeito desse tema. Entre as razões da recusa à idéia, Daso comentou que muitos dos seus companheiros de grupo temem que, votando-se logo o mandato, haveria o risco de a Constituinte passar por um profundo esvaziamento, retardando outras decisões que despertam o interesse da opinião pública, especialmente no capítulo da Ordem Social. O mesmo temor é observado entre representantes de diferentes correntes da Constituinte.

Mesmo receptivo à proposta de inversão da pauta, o pefelista Ricardo Fiúza fez questão de observar que "essa é uma questão que deve ser examinada com muito cuidado".

Balanço, só após início da votação, diz líder

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), avaliou ontem que somente na quinta ou sexta-feira terá oportunidade de obter um balanço quanto à possibilidade de êxito da proposta de inversão de pauta da Constituinte, para votação em primeiro lugar do mandato do presidente Sarney e da forma de governo.

Ele disse que continua conversando com "lideranças formais e informais" dos diversos grupos, mas lembrou que somente amanhã, quando devem se iniciar as votações em plenários, haverá maior número de constituintes em Brasília.

que "há um certo nexo" nas declarações do líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), no sentido de que o Governo tem agora uma base de apoio parlamentar mais ou menos definida e que ela não está refletida na atual composição governamental. Mas ele não vê relação de dependência, entre a possível aprovação de um mandato de cinco anos e "ajustes" que devam ou não ser feitos no Governo. O líder do PFL tem manifestado insegurança quanto à aprovação do mandato de cinco anos enquanto não for feita uma reforma que beneficie os integrantes do "Centrão" em termos de cargos públicos.

Entendimento

Para Carlos Sant'Anna, é preciso que se conclua sobre a real aprovação da inversão, através de um entendimento político amplo, baseado na convicção de que essa inversão agilizaria os trabalhos da Constituinte. Para ele, a inversão tende a interessar também aqueles que defendem o mandato de quatro anos. Pois, com o atraso da Constituinte, as eleições ainda este ano estariam inviabilizadas. "Da maneira como se encaminham as coisas" — comentou Sant'Anna —, "é muito otimismo imaginar que a Constituinte termine em abril".

Arquivo 19/11/87

Sant'Anna espera até sexta

Ontem, o quadro sobre a possibilidade de inversão de pauta era controvertido. O senador Edison Lobão (PFL-MA), garantia que o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), contra a inversão, já começa a mudar de opinião, a exemplo de outras lideranças do Centrão, o que não era confirmado pelo próprio Cardoso Alves no gabinete de José Lourença. O senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no senado, considera que a tese a favor dos cinco anos se tornará cada vez mais inviável com o passar do tempo. "A medida em que os políticos forem mantendo contato com as bases, os quatro anos se tornam mais prováveis", comentava ele, o que explicaria o interesse do Palácio do Planalto em decidir logo a questão.

Desconfiança recíproca

Após sucessivas reuniões realizadas no último final de semana, que indicavam a possibilidade de acordo sobre pontos polêmicos do projeto de Constituição, os grupos suprapartidários organizados na Constituinte demonstraram que não confiam uns nos outros. Só sobre confiam uns nos outros. Só sobre a questão da estabilidade foram apresentados cerca de 40 destaques relativos às emendas que serão apresentadas em plenário.

O MUP (Movimento Unidade Progressista do PMDB), por exemplo, apresentou dois destaques de emendas sobre o tema. Um deles, de autoria do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), aborda a garantia do emprego contra a despedida imotivada (ressalvada a justa causa), que deverá ser definida por lei, mas proíbe a sua concessão em indenização. Já a emenda do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) remete à lei ordinária para definição e proíbe a indenização.

Com essas duas propostas, o MUP pretende atender os setores mais liberais (como o Grupo dos 32) na hipótese de um possível acordo em plenário contra a proposta do Centrão que exige indenização em qualquer hipótese.

A evidente falta de acordo ficou evidenciada ontem, com discordâncias entre dois membros do Grupo dos 32. Enquanto a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) dava entrevistas garantindo o acordo sobre a estabilidade, o senador Virgílio Távora assegurava que diversos grupos suprapartidários haviam apresentado vários destaques para «estoque» de um possível acordo em plenário.

O MUP, o PMDB e os partidos de esquerda estão unidos contra o Centrão na elaboração dos destaques. Na votação em plenário, vão tentar manter 80% do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.